GLÓRIA
18 cap

DEDALUS - Acervo - FFLCH-HI
21200047982

Vol. 1
Linhares

Daniel Aarão Reis Filho
Jorge Ferreira
Celeste Zenha
(organizadores)

O século XX

Volume III

O tempo das dúvidas
Do declínio das utopias às globalizações

2ª edição

SBD-FFLCH-USP
244308

CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
Rio de Janeiro
2002

909 82
S446
v 3
2 ed

COPYRIGHT © 2000 by Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Zenha

CAPA
Evelyn Grumach

PROJETO GRÁFICO
Evelyn Grumach e João de Souza Leite

PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS
Nerval Mendes Gonçalves

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Art Line

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S452
v.3
2ª ed.

O século XX / organização, Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira, Celeste Zenha. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
3v.

Conteúdo: v. 1. O tempo das certezas: da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra – v. 2. O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras – v. 3. O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações.
Inclui bibliografia e filmografia
ISBN 85-200-0529-2

1. História moderna – Século XX. 2. Civilização moderna – 1950-. I. Reis Filho, Daniel Aarão, 1946-. II. Ferreira, Jorge. III. Zenha, Celeste.

CDD – 909.82
CDU – 93

00-1148

Direitos desta edição adquiridos pela
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
um selo da
DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.
Rua Argentina 171 – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380 – Tel.: 2585-2000

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL
Caixa Postal 23.052, Rio de Janeiro, RJ – 20922-970

Impresso no Brasil
2002

Descolonização e lutas de libertação nacional

Maria Yedda Leite Linhares

Professora titular de História Moderna e Contemporânea e professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

Em 1961, ainda durante a guerra de libertação da Argélia, escrevia Jean-Paul Sartre o memorável prefácio ao livro de um intelectual negro, da Martinica, argelino de coração, Frantz Fanon, que se tornaria o *manifesto-denúncia* do colonialismo e o grito de revolta contra a dominação imperialista da Europa (Fanon, 1961).

> "Não faz muito tempo, a terra contava com 2 bilhões de habitantes, ou seja, 500 milhões de homens e 1,5 bilhão de indígenas. Os primeiros dispunham do Verbo, os outros o pediam emprestado. Entre uns e outros, reis de fancaria, feudais, uma burguesia inteiramente falsa, serviam de intermediários. Perante as colônias, a verdade se mostrava nua: as 'metrópoles' queriam que ela se apresentasse vestida; era preciso que o indígena as amasse. Como se, de algum modo, fossem mães. A elite européia procurou fabricar um indigenato de elite; selecionavam-se adolescentes que tinham sobre a testa, marcados a ferro, os princípios da cultura ocidental e a boca recheada de mordaças sonoras, belas palavras pastosas que se colavam aos dentes; após uma breve estada na metrópole, eram enviados de volta, truncados. Mentiras ambulantes, nada mais tinham a dizer a seus irmãos; estes faziam eco; de Paris, de Londres, de Amsterdã, lançávamos as palavras 'Partenon! Fraternidade!' e, em alguma parte da África, da Ásia, lábios se entreabriam: '...tenon! ...nidade!'. Era a idade de ouro."

Sartre foi a grande voz da consciência européia anticolonialista. Filósofo, escritor, romancista, jornalista, panfletista, das ruas e das praças públicas de Paris desafiou a sociedade conservadora e retrógrada, as "forças da ordem", os poderes constituídos da República, colocando-se sempre em defesa dos oprimidos, da liberdade de expressão e das manifestações de solidariedade aos que se opunham à opressão, à hipocrisia, ao medo e ao oportunismo. Representou a grande força moral da inteligência livre e independente.

Naquele momento, estava no auge o confronto entre dominadores e dominados, ou seja, entre colônias e metrópoles. Povos e regiões da Terra que tinham sofrido, no passado, a ocupação direta por países estrangeiros, começavam a manifestar, por meios diversos, a sua insatisfação. A Ásia, por exemplo, fora berço de civilizações magníficas que marcaram conquistas fundamentais da Humanidade, no tocante ao domínio sobre a natureza e o avanço técnico, tais como a domesticação de animais, a agricultura para a obtenção de alimentos, a cerâmica para a fabricação de utensílios, a metalurgia, o papel, a pólvora, bem como instituições que tornaram possível a vida social (cidades, organizações políticas que levaram à constituição de Estados, a moeda, a escrita). A Ásia ostentava, de fato, uma vivência histórica de 5 mil anos. No entanto, a partir do século XVI, com as primeiras navegações européias que atingiram o Índico e o oceano Pacífico, o isolamento dessas velhas civilizações começava a ser interrompido.

Foi, porém, a partir do século XVIII e, sobretudo, com a superioridade técnica ostentada pelos países da revolução industrial e capitalista (principalmente a Inglaterra e a França, logo seguidas pela Holanda) que os povos altamente civilizados da Ásia, dotados de padrões éticos bem diversos dos valores fundados na preeminência dos bens materiais, valores esses que se introduziam incorporados à ocupação ocidental, viram-se ameaçados pela perda de sua identidade cultural. Tratava-se de mais ainda, ou seja, a perda de riquezas, de autonomia, como uma tentativa de ser-lhes arrancado o passado pelas raízes.

Quanto à África, a espoliação de que foi vítima tivera início no século XVI com os desembarques no litoral ocidental atlântico, inicialmente em busca de ouro e, logo a seguir, como fonte supridora de escravos negros, o inusitado trabalhador, transformado em mercadoria altamente lucrativa, que iria enriquecer os comerciantes e ser a mão-de-obra das novas colônias da América. Os invasores mudaram os velhos e sólidos padrões das sociedades tribais, impondo o racismo e outras formas de corrupção em decorrência do tráfico de homens, mulheres e jovens mal saídos da infância.

Ao longo do século XIX, aprofundou-se a ocupação do continente africano; seus povos e seus territórios foram partilhados entre as potências da Europa, já então monopolizadoras do novo saber científico e tecnológico da Revolução Industrial e das técnicas da organização econômica do capitalismo. A Europa entrava, a partir dos anos 70 do século XIX, numa nova era de expansão e conquista do mundo. A essa era os próprios contemporâneos denominaram de imperialismo.

Como justificar essa investida européia sobre o mundo? Recentemente, um historiador árabe, nascido na Palestina, mas de longa e profunda vivência na Europa (Inglaterra) e nos Estados Unidos, Edward W. Said, num livro complexo e erudito, analisou esse problema — o das relações entre, de um lado, o imperialismo, ou seja, a extensão do domínio e da soberania sobre diferentes populações e territórios, com o objetivo de aumentar força e poder, e, de outro, a cultura. Trata-se, fundamentalmente, em saber — e explicar — como intelectuais ilustres (as visões e perspectivas de Joseph Conrad, Jane Austen, a ópera *Aída,* de Verdi) vêem e justificam a atuação do *homem branco civilizador* em outras regiões e junto a outros povos. Trata-se, evidentemente, de políticas que serviram a interesses concretos de industriais, comerciantes e banqueiros, em busca de lucros e novas áreas de investimentos, escudados, para tanto, na Igreja, em busca da propagação da Fé, nos exércitos e nas marinhas, que mantinham poderosas indústrias, no Estado de caráter burguês, garantidor da grandeza de seus cidadãos, e nos intelectuais, em busca de temas, leitores e poder. A experiência imperialista era parte do cotidiano.

Bernard Shaw (1856-1950), escritor britânico e com sólidas origens irlandesas, encarava de outra forma os fins do imperialismo. Escrevia ele em *O homem do destino*:

> "O inglês nasce com certo poder milagroso que o torna senhor do mundo. Quando deseja uma coisa ele nunca diz a si mesmo que a deseja. Espera pacientemente até que lhe venha à cabeça, ninguém sabe como, a insopitável convicção de que é seu dever moral e religioso conquistar aqueles que têm a coisa que ele deseja possuir. Torna-se, então, irresistível [...] Como grande campeão da liberdade e da independência, conquista a metade do mundo e chama a isso de colonização. Quando deseja um novo mercado para seus produtos adulterados de Manchester, envia um missionário para ensinar aos nativos o evangelho da paz. Os nativos matam o missionário; ele recorre às armas em defesa da cristandade; luta por ela, conquista por ela; e toma o mercado como uma recompensa do céu [...]"

Bernard Shaw representava, em plena era do imperialismo, a consciência crítica da Inglaterra aliada ao espírito irredento do irlandês dublinense, contestador por princípio. Mas a sorte dos *impérios coloniais* não seria longa. A crise do capitalismo, a partir de 1929, a ascensão fulgurante do *nazi-fascismo* aliada à emergência do Japão, no Extremo Oriente, como se estivesse a

confirmar os temores do Império Alemão do Kaiser Guilherme II quanto ao *perigo amarelo*, o desencadeamento da guerra em 1939 e sua expansão mundial até 1945, todos esses são os fatores que irão desencadear a desagregação dos impérios, nos anos que sucederam o fim do conflito mundial.

Restará sempre uma pergunta: o imperialismo como sistema jurídico-político-militar chegará ao seu fim na década de 1980, no entanto, que novas formas de dominação irão favorecer e consolidar a divisão do mundo entre ricos e pobres e com que novas ou velhas justificativas? Tentaremos responder a esta questão ao longo do presente texto.

1. A DESCOLONIZAÇÃO NO PÓS-GUERRA

A guerra ainda não terminara de todo na Europa e no Extremo Oriente, quando se reuniu, em abril-junho de 1945, a Conferência de São Francisco, Estados Unidos, com o objetivo de discutir, entre os aliados militares vitoriosos sobre o nazi-fascismo, a feitura de uma Carta ou de uma Constituição internacional capaz de assegurar a paz entre os povos. Daí resultou a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), que recebeu a assinatura de cerca de 50 Estados fundadores. Decorrido um quarto de século, esse número chegou a 120, o que serve como indicador da rapidez com que se deu o processo de constituição dos novos Estados afro-asiáticos.

Neste fim de século, o número de países membros da ONU já é superior a 190. Novos países emergiram das lutas contra o colonialismo, acrescentando-se, ainda, nos anos mais recentes, aqueles que resultaram do desmoronamento dos Estados socialistas na Europa, bem como de desmembramentos na Ásia, no subcontinente indiano, no Oriente Médio e na própria África, resultantes de velhas heranças tribais e reivindicações internas, reivindicações essas, em parte, alimentadas pelos interesses externos, quer da antiga metrópole quer das rivalidades internacionais então em jogo.

Tratava-se de um processo de mudança que teve início logo após o término da guerra na Europa, e se intensificou na década de 1950. Nas colônias africanas, o movimento de participação no conflito mundial foi acentuado, desde o primeiro chamado da metrópole à solidariedade de súditos e colonos, com conseqüência positiva no pós-guerra, no tocante ao movimento de independência.

Na Ásia, a insatisfação era grande nas classes dirigentes locais, sobretudo no mandarinato, os letrados privilegiados que monopolizavam saber e prestígio. Maior insatisfação, no entanto, residia entre camponeses que representavam o grosso da população colonizada e que, cada vez mais, se juntavam aos movimentos nacionalistas de influência comunista.

Os impérios coloniais construídos, em grande parte, ao longo do século XIX pareciam iniciar, de fato, um processo de liquidação. Na África, na Índia, na Indonésia, era como se ingleses, franceses, belgas, portugueses e holandeses começassem a sentir que a dominação do *homem branco* sobre o planeta Terra entrava em fase de extinção. No lugar dos senhores dominadores que, a partir do século XVI, em etapas sucessivas, avançaram sobre todos os oceanos e mares, surgiriam, na esteira da Segunda Guerra Mundial, populações com identidade cultural própria. Os conquistadores modernos anexaram continentes inteiros, quer sob a dominação de seus soldados e governadores, quer sob o patrocínio e a direção de seus comerciantes, religiosos e aventureiros, reconhecidos hoje como Estados, povos e nações.

Esse movimento, acelerado ao longo dos anos 50 e 60, recebeu a denominação de *descolonização*, que resultou no fim dos impérios coloniais, parte de um longo processo de mudança no plano internacional. E foram diversos os caminhos da independência.

Afinal, descolonização por quê?

No seu nascedouro, a palavra descolonização já vem carregada de ideologia, parecendo definir um destino histórico dos povos colonizados: depois de ter colonizado, o europeu descoloniza, estando, pois, implícita a *vontade* do país colonizador de abrir mão de pretensos direitos adquiridos em determinado momento. A generalização do termo implica, de certa forma, uma interpretação eurocêntrica da História, ou seja, a noção de que só a Europa possui uma História ou é capaz de elaborá-la. Os *outros* não têm História: nem passado a ser contado nem futuro a ser elaborado.

Enquanto o longo processo de colonização resultou de uma ação européia, a partir do século XVI, extremamente complexa e diversificada, a descolonização deve ser vista como um amplo processo histórico ligado à crise do capitalismo na década de 1930 e à Segunda Guerra Mundial, de devastadoras conseqüências para os impérios coloniais. Os movimentos nacionais

que estão no bojo da aspiração dos povos colonizados são bastante complexos nas suas diversas possibilidades, realizações e frustrações. Na realidade, como processo histórico de grande envergadura, a descolonização não foi ainda concluída no que ela poderia significar em termos de bem-estar e autodeterminação dos povos que viveram na órbita do colonialismo.

A guerra que se encerrava em 1945, com a derrota da Alemanha, da Itália e do Japão, deixava atrás de si um saldo negativo para vencidos e vencedores: um passivo em vidas humanas de 100 milhões, entre civis e militares, e o genocídio de 5 milhões de judeus, além de astronômicas perdas materiais desigualmente distribuídas e calculadas em termos da destruição de equipamentos urbanos, instalações de infra-estrutura, campos agrícolas, fatores esses que trouxeram o caos para o *terreno de batalha* em que se transformara a Europa. No entanto, o progresso técnico foi acelerado nesses anos de conflito, através das novas descobertas para o combate às doenças (DDT, penicilina) e para o desenvolvimento de meios mais rápidos de comunicação (radar, aviação supersônica), elementos que iriam apressar a reconstrução do sistema econômico. Mais rapidamente do que no pós-guerra de 1918, o capitalismo se equipava para a sua reconstrução.

O eclipse da Europa

Naquele momento, falava-se no eclipse da Europa, ressaltando-se o conteúdo revolucionário do conflito que se encerrava, tendo em vista a importante participação da URSS na derrota do nazi-fascismo e o seu reconhecimento como nova potência mundial. Considerava-se, entre vencidos e vencedores — com temor para uns, com esperança para outros —, que o socialismo era parte da experiência soviética como uma alternativa de desenvolvimento para povos, países e nações que gravitavam na órbita do capitalismo.

Considere-se, ainda, o fato de que a ocupação de territórios pelos exércitos inimigos criara uma nova versão de *nação em armas*, na medida em que o prestígio da resistência, atuando como guerrilha, contra os exércitos nazistas e fascistas, tanto na Europa como na Ásia, contribuiu para abalar o poder das burguesias locais, acusadas de colaborar com o inimigo. Os partidos políticos que emergiram no pós-guerra iriam sofrer a influência desses movimentos de opinião pública, internamente, bem como no tocante à situação das colônias. Tratava-se de uma divisão social interna profunda que marcaria a evolução dos partidos, sobretudo os de esquerda, com larga margem de prestígio para os partidos comunistas, como ocorreu na França, na Bélgica, na Holanda, na Grécia, na Iugoslávia.

O eclipse, embora temporário, da Europa correspondia à ascensão mundial dos Estados Unidos, líder de um novo capitalismo, sem rivais e sem concorrentes. Nação milionária, vencedora sobre o Japão, financiadora e construtora da vitória em todas as frentes, tinha, no entanto, que encarar o evidente prestígio da União Soviética, conquistado através da extraordinária resistência de seu povo e de seus exércitos à ocupação do país pelas tropas de Hitler. A investida do exército soviético em direção a Berlim consagrou a vitória final sobre a Alemanha. A partir desse momento, torna-se indiscutível a liderança dessas duas potências no plano mundial, a URSS e os Estados Unidos da América.

No Pacífico, o colapso do Japão, definitivo e arrasador, após o lançamento de duas bombas atômicas (Hiroshima e Nagasaki), revelava que o crédito da derrota não era somente dos Estados Unidos. Coube à China uma importante participação na luta contra o Império Japonês. País de proporções continentais e imensa população, a China emergia de um longo período de guerras internas que resultaram na derrota final das então chamadas forças nacionalistas de Chiang Kai-shek e na vitória dos comunistas de Mao Tsé-tung. Seria esse um fato decisivo para a evolução e o final desmoronamento dos impérios coloniais no Extremo Oriente e no Sudeste Asiático, nas décadas seguintes.

A formação dos blocos internacionais e a divisão do mundo

O estudo da descolonização não pode ser levado a cabo sem que se tenha em mente o quadro internacional no qual ela se desenvolve, bem como as questões estruturais que moldam esse imenso processo de mudança. De um lado, a hegemonia dos Estados Unidos sobre o mundo capitalista e sua relação com uma Europa em crise. De outro, o novo prestígio da União Soviética e a constituição, a partir de 1949, com a inclusão de uma China comunista, do *bloco socialista*, integrado pelos países do Leste europeu, que sofreram a dupla ocupação militar de alemães e soviéticos. Os tratados de paz assinados em Paris (10 de fevereiro de 1947) traçaram as novas fronteiras da Itália, da Hungria, da Romênia, da Bulgária e da Finlândia, deixando um saldo alta-

mente favorável para a União Soviética. Com eles, nasce o bloco socialista e é dado o sinal de partida à Guerra Fria.

É evidente que a tensão internacional desses anos de pós-guerra teve forte influência no processo de descolonização, assim como a intensificação das rivalidades levou a confrontos que não se limitavam à simples oposição entre comunistas e democratas ou entre capitalismo e socialismo, desencadeando conflitos armados prolongados. Já nos anos 60, autores se referiam a mudanças estruturais no sistema capitalista; daí, as referências a *neocapitalismo* e *neocolonialismo*. Nas relações colônia-metrópole, os capitais buscam lucros não mais no controle da terra destinada à agricultura de exportação e nem na construção da rede de transportes, mas em atividades nos setores estratégicos, tais como minérios, combustíveis e modernas indústrias de transformação.

Por outro lado, cabe a entidades e agências internacionais, sob o comando da superpotência capitalista, dirimir dúvidas e rivalidades, atenuando, assim, conflitos que anteriormente eclodiam na própria esfera interimperialista. Tratava-se de diminuir a competição entre aliados do mesmo bloco. A ONU, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), além das organizações militares de defesa de áreas estratégicas (o Atlântico Norte e o Sudeste da Ásia), eram bem mais do que atenuadores de conflito para se tornarem articuladores e executores de objetivos centrais da política do capitalismo.

A tomada de consciência dos povos colonizados

A Segunda Guerra Mundial desempenhou um papel fundamental no movimento de revolta das colônias contra as metrópoles. A França, a Bélgica, a Holanda, a Inglaterra estavam envolvidas num conflito de vida e de morte que comprometia a sua própria sobrevivência como países e como nações. No caso dos três primeiros, sob ocupação militar alemã, desde 1940, coube aos movimentos de resistência antifascista, liderados ou inspirados pela estratégia britânica de luta desesperada contra a Alemanha e, a partir de 1942, pelas organizações comunistas nos países ocupados, buscar o apoio das colônias.

No caso do Norte da África, sobretudo após a campanha das tropas blindadas do general alemão Erwin Rommel (1891-1994) — o *Afrika Korps* (1941-1943) — no Saara, tendo como alvo o Egito e o Canal de Suez, pôde

a Inglaterra revidar o ataque, com a brilhante participação das tropas francesas resistentes ao governo colaboracionista de Vichy e o apelo às populações locais. A vitória das tropas francesas em Bir-Hakeim (Líbia, junho de 1942), por exemplo, após 16 dias de cerco por parte do general Rommel, foi decisiva para a recuperação do prestígio francês na região.

Por outro lado, as dificuldades militares por que estavam passando as até então poderosas metrópoles foram muito importantes para enfraquecer a imagem das potências colonizadoras junto a seus colonizados. Começava a ficar seriamente abalado o mito da superioridade do *homem branco*. A entrada do Japão na guerra (dezembro de 1941) em decorrência do ataque a Pearl Harbor, base dos Estados Unidos no Pacífico, iria comprovar, mais uma vez, que os *outros* povos da Terra, que não estavam incluídos, segundo a ideologia dominante do colonizador europeu, entre os dominadores eleitos, seriam capazes de enfrentar os *invencíveis* da véspera. As vitórias japonesas no continente asiático e no Pacífico, sobre holandeses, ingleses, franceses e americanos, foram contundentes. Assim, a extensão do conflito europeu ao Norte da África, ao continente asiático e ao Pacífico passará a envolver, direta ou indiretamente, outros povos e outras regiões julgadas, até então, inatingíveis. A guerra se tornara mundial; no seu bojo, emergiam e se multiplicavam as aspirações de independência dos povos dominados.

As dificuldades terríveis por que passavam os países imperiais pareciam demonstrar que o homem branco era vulnerável. Assim, a desagregação dos impérios coloniais construídos de longa data insere-se nesse contexto internacional, e se prolongará nos anos do pós-guerra. A tomada de consciência dos povos colonizados se dá no momento em que eles são chamados a participar na guerra em defesa de suas respectivas metrópoles, obtendo, como recompensa, garantias de autonomia ou de independência, nem sempre respeitadas (Cardoso, 1973).

A maneira pela qual se desenvolveu essa colaboração dependeu de vários fatores que têm a ver com as características do processo de colonização de cada região ou colônia e que foram decisivos no tocante às formas de atuação do imperialismo em situações e momentos específicos (fatores históricos, econômicos, geográficos, estratégico-militares). Assim, por exemplo, regiões diferentes como a África Negra, o Norte da África (o Magrebe), o Oriente Próximo, o Sudeste Asiático, o Extremo Oriente não poderão ser compreendidas em bloco; a forma de atuação das potências colonizadoras teve certa especificidade em cada caso, assim como o processo de descolonização deve

ser encarado, e sua evolução posterior, respeitando-se tais diferenças históricas, como tradições e culturas, níveis de desenvolvimento histórico, recursos naturais etc. (Linhares, 1967).

Os movimentos nacionais que se manifestam mais ativamente nos anos da Guerra Fria, como na Índia, na Indochina, na Argélia, no Marrocos e na China, são, na realidade, antigos e têm uma longa história com raízes culturais profundas. Tais povos têm uma tradição de resistência a invasões estrangeiras e jamais aceitaram de braços cruzados a dominação do imperialismo europeu. Não há dúvida, porém, de que o nacionalismo que se manifesta nas colônias no pós-guerra tem novas feições e seus líderes se apresentam como porta-vozes de aspirações populares, embora nem sempre de forma coerente. Por exemplo, o nacionalismo de Nehru (Índia) apresenta características aristocráticas e autoritárias que o distinguem de um Lumumba (Congo, ex-belga) ou de Nasser (Egito).

Outros líderes, como Ho Chi Minh, que comandou a guerra pela libertação do Vietnã, ex-Indochina (francesa), simbolizavam a corrente de esquerda mais radical e comunista dos movimentos de descolonização. Nem todos aqueles que se distinguiram nas lutas que foram travadas ao longo desse período contra a dominação das potências imperialistas merecem ser colocados na galeria de heróis da pátria. O Congo Belga, por exemplo, após o assassinato de Patrice Lumumba, ou Uganda, com a destituição do Partido Nacionalista de Apolo Milton Obote (o Congresso do Povo de tendência socialista) pelo general Idi Amin (1971), países esses cujas lideranças ainda lutavam pela independência e pela melhoria das condições de vida de seus povos, foram mergulhados na guerra civil e na brutalidade de práticas de opressão insuportável, ora em benefício dos interesses da ex-metrópole e seus títeres locais (Tchombe, em Katanga) e o reconhecimento do Zaire de Mobutu pela Bélgica (1966), ora na implantação de um governo ditatorial cruel como o que levou o povo de Uganda à mais triste miséria.

É indiscutível que a tomada de consciência dos povos coloniais contra a dominação por parte do homem branco rico e poderoso, escudado nos seus exércitos e nas suas marinhas de guerra, cioso de sua *superioridade cultural* e tecnológica, de seus bancos milionários, de seus trens e de seus caminhões, desenvolve-se mais rapidamente nesse pós-guerra mundial, em parte graças à nova correlação de forças entre os países do mundo capitalista: de um lado, a própria transformação ocorrida no interior das velhas metrópoles e, de outro, a divisão entre os vencedores contra o fascismo.

A crise internacional que se intensifica já a partir de 1947 deu origem a um longo período de *guerra fria*, definindo não apenas uma rivalidade entre dois poderios militares (os Estados Unidos e a União Soviética) ou duas regiões da terra, o Ocidente e o Oriente, o Oeste e o Leste, um capitalista e o outro comunista, mas sobretudo, segundo a propaganda difundida na época, ou seja, a diferença entre dois mundos e duas concepções de vida, a democracia e a tirania. Essa ideologia, apregoada aos quatro ventos, associava capitalismo a liberdade e socialismo ou comunismo a atraso e opressão. Novos conceitos surgem, como o de Terceiro Mundo, para simbolizar a parte da humanidade que se situaria numa espécie de limbo da História, nem no Primeiro Mundo (o do capitalismo e da democracia, da riqueza e da abundância) nem no Segundo Mundo (o do comunismo e da ausência de liberdade).

Aos dois primeiros mundos outorgava-se, ainda nos parâmetros da propaganda internacional, o privilégio de serem *desenvolvidos*, já que detentores do controle tecnológico (sobretudo atômico), cabendo ao Terceiro Mundo, sob este título, um novo adjetivo, o de *subdesenvolvido*. O subdesenvolvimento nascia, assim, já carregado da ideologia do capitalismo ao qual caberia a tarefa de elaborar políticas de ajuda e de assistência a essa outra parte do planeta, o *mundo à parte*, isto é, a América Latina, a África, o Sudeste da Ásia e os arquipélagos do Pacífico. A luta pela descolonização não traduz somente o desejo de libertação ante os impérios dominadores. Ela é também, na maioria dos casos, parte da construção de uma nova História da humanidade em meio a um poder internacional em fase de redefinição (capitalismo *versus* socialismo) e aos milhões de *condenados da Terra* (Fanon, 1961).

2. APOGEU E CRISE DOS IMPÉRIOS

A expansão da Europa Ocidental — mediterrânea e atlântica —, a partir do fim do século XV, foi o fato marcante que acompanhou a desintegração do mundo feudal e o nascimento do capitalismo. Data daí a formação dos primeiros impérios mercantilistas que resultaram da conquista e ocupação das Américas, caracterizando o domínio sobre oceanos e mares do globo terrestre, o início da expropriação da África negra para a comercialização de seus habitantes como escravos, a conquista do subcontinente indiano, as primei-

ras investidas dos comerciantes e missionários da cristandade sobre a China e seu império, sobre o Japão e o oceano Pacífico com suas ilhas e arquipélagos, além da Nova Zelândia e do continente australiano.

O século XIX acompanhou a reformulação desses impérios em várias regiões, entre elas, as Américas (os impérios espanhol e português), a África, ao longo de seus oceanos e mares, através de suas savanas e florestas, cortando seus rios e desertos; a Ásia do Oriente Próximo ao Índico, ao Sudeste Asiático e ao Pacífico. Deles resultou uma nova organização imperial, a partir de uma certa concepção eurocêntrica do mundo.

O desenvolvimento do capitalismo com base na ideologia liberal do livre cambismo e na suposição de que a *superioridade do homem branco* era indiscutível constituiu o fundamento moral da nova partilha do mundo — a primeira fora sacramentada no Tratado de Tordesilhas, entre Portugal e a Espanha, no fim do século XV das grandes navegações oceânicas. Nesses dois momentos da História Mundial, foi nos gabinetes de ministros e homens de negócio europeus que se fez a divisão de territórios, com suas riquezas e seus habitantes, entre os Estados do mundo capitalista, como fora antes, em nome de Cristo e das dinastias católicas, também em busca de riquezas. Assim foi, sobretudo, a partilha da África, entre 1880 e 1914 (Wesseling, 1998), em nome do poder civilizatório. A história da África, como também a de outros povos que passaram a viver na órbita do imperialismo, começava a ser concebida e difundida para a autojustificação do projeto de dominação européia.

O apogeu da dominação

No meado do século XIX, quase nada restava dos velhos impérios mercantilistas. Estes desapareceram na onda desencadeada pela Revolução Francesa de 1789-1795, redundando nos movimentos de independência das colônias da América que haviam sido fundadas pelos ingleses (ao norte), pelos espanhóis (do México ao Chile) e pelos portugueses (Brasil). Somente a Grã-Bretanha permanecia como grande potência marítima e imperial, embora procurasse evitar, até 1874, novas anexações, salvo aquelas situadas na rota da Índia pelo Cabo, então conhecidas como as escalas da Índia. O crescimento do desemprego provocado pela revolução industrial em curso, então na fase de desenvolvimento tecnológico poupador de mão-de-obra, aliado ao

crescimento demográfico e às crises agrícolas irlandesas, permitirá a emigração em massa para o apossamento de regiões pioneiras nas novas colônias de povoamento (Canadá, Cabo, Austrália, Nova Zelândia). Nas Antilhas e na Guiana, é mantido o sistema tradicional de colônias, ou seja, a permanência da minoria branca, de origem européia, detendo o controle da agricultura comercial com trabalho escravo de origem africana.

A partir de 1874, em decorrência da primeira crise que abalou o sistema capitalista caracterizada como sendo de superprodução, a Inglaterra retoma o interesse pelo sistema imperialista e sua expansão. Líder incontestada da revolução industrial, senhora dos mares e, conseqüentemente, aferrada às concepções de livre comércio e livre navegação, ela seguirá seu curso na defesa do liberalismo econômico. De fato, somente no fim do século, a concorrência de produtos industriais e práticas comerciais provenientes do então recentemente proclamado Império Alemão (1870) começam a ameaçar a hegemonia britânica.

Por outro lado, também a França republicana, após a derrota do império de Napoleão III, ante o exército prussiano e a diplomacia de Bismarck (1870-1871), recupera-se rapidamente na economia e na política e joga-se, com apetite e competência, na corrida colonial, que fora iniciada com a ocupação da Argélia, na década de 1830. A retomada do projeto imperial francês, concebido pelos políticos republicanos radicais, após o Congresso de Berlim de 1878, e comandada por Jules Ferry e Léon Gambetta, "lançou a Terceira República na rota imperial", com a intervenção na Tunísia (Wesseling, 1988, pp. 26-39), que deu o sinal de partida para o avanço sobre o Norte da África — o Magrebe, região esta muçulmana, de profunda influência da cultura árabe, desde o fim do século VII. Ainda, segundo esse projeto expansionista, a França, sob a influência de um poderoso *grupo colonial* instalado nas finanças, no Parlamento e na imprensa, projeta a sua participação na partilha do mundo não-europeu, ainda fora da órbita de dominação do homem branco.

A França se apresentava, então, como uma espécie de *herdeira* da política dos reis feudais que promoveram as Cruzadas em *defesa* dos lugares santos da Palestina. Conseqüentemente, passa a se opor, como um prolongamento nos tempos modernos, à presença dos turcos otomanos no Oriente Próximo. Sediados em Bizâncio, Constantinopla, desde o fim do século XV, os turcos alargaram o seu domínio sobre a Península dos Bálcãs e, no fim do século XVII, chegaram com seus exércitos às portas de Viena. Ainda sob o impacto das primeiras vitórias, construíram um império, avançando sobre as

terras árabes, penetrando no Norte da África, a partir do Egito, em direção ao poente, o Magrebe, ou seja, o Mediterrâneo africano.

Ao longo de todo o século XIX, foi o Império Otomano alvo das maquinações das potências européias. Era comum a opinião de que os turcos estariam *acampados nas terras que conquistavam*, significando com isso a falta de coesão política do Império Otomano e, até certo ponto, a prática de associar autoridades locais às tarefas executivas e de administração. Era, também, uma forma de chamar a atenção para *o atraso, a decadência e a inferioridade cultural* do regime otomano. Em contrapartida, a Europa levaria consigo a *missão civilizadora do homem branco*, como uma carga a pesar sobre os seus ombros, assim pregava o escritor inglês, expressão do imperialismo, Rudyard Kipling (1865-1936).

A arma desenvolvida e usada para promover a ruptura e o desmembramento desse império foi o nacionalismo. Do Adriático ao Mar Negro, do Danúbio às margens do Mediterrâneo, os povos sob o domínio otomano se levantaram por sua independência. No entanto, árabes e berberes, do Egito ao Marrocos, perderam os elos jurídicos que os ligavam ao Império Otomano para entrarem na órbita de dominação da Europa, segundo uma *partilha* decidida pelas potências e pelos interesses de cada uma delas.

Afinal de contas, que interesses eram esses? A política executada e seguida consistia em definir o que então era chamado de Equilíbrio do Poder, ou seja: evitar que uma potência, através de alianças militares ou da extensão territorial, viesse a exercer o predomínio sobre o continente europeu e a ameaçar a paz entre os poderosos ou a própria hegemonia britânica sobre os mares do planeta. O desenvolvimento do capitalismo, acelerado a partir da segunda metade do século XIX, passara a depender não somente da expansão dos mercados, mas também do acesso às matérias-primas cada vez mais numerosas e diversas, da produção de alimentos, da construção e do controle dos meios de transporte e de comunicação. Havia a crença de que o poder seria posto numa balança, que trataria de fazer uma distribuição razoavelmente eqüitativa entre aqueles que o monopolizavam, parte de uma missão civilizatória de que a Europa fora incumbida por algum desígnio da História.

Não era, pois, por acaso que se louvava em prosa e verso a superioridade do continente europeu. A partilha da África, o reconhecimento de áreas de influência, como reserva de domínio das potências imperialistas, a denominação de protetorados para territórios que mantinham governos nominalmente locais, *áreas de influência* como expressão de uma política de prestígio e força não-ostensiva, eram algumas das denominações que designavam a redistribuição de terras e povos para garantir o poder mundial nas mãos de alguns: a Inglaterra, a França, a Alemanha, a Itália, a Holanda, a Bélgica, Portugal e a Espanha, estes dois últimos como senhores sobreviventes dos velhos impérios mercantilistas.

Coube, principalmente, a J. A. Hobson, Rudolf Hilferding, Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo e Lenin, economistas, políticos, ativistas da Internacional Comunista e antiimperialistas, fundamentados na análise do capitalismo monopolista e do novo papel do Estado militarista, ver no imperialismo uma etapa na história da humanidade. Afirmava Hobson, economista liberal inglês: "[...] a análise do imperialismo, com seus naturais suportes, militarismo, oligarquia, burocracia, protecionismo, concentração de capital e violentas flutuações do comércio, faz com que ele se apresente como o perigo supremo dos modernos Estados nacionais". Para Lenin, que escreveu o seu famoso livro *Imperialismo, última etapa do capitalismo* (1916), em meio à Primeira Guerra Mundial, caberia ao nacionalismo, resultante da dominação estrangeira, dar o primeiro passo para desencadear a crise final do capitalismo.

A contundência das idéias de Lenin, aliada à vitória do Partido Bolchevique na Revolução Russa de 1917, exerceu uma grande influência sobre os movimentos nacionalistas no interior das colônias, sem que, no entanto, viesse a se cumprir, pelo menos até o momento, a previsão de Lenin quanto ao fim do capitalismo.

O começo do fim dos impérios

Ao se encerrar o século XIX, após duas décadas de acirradas rivalidades, negociações e acordos entre as potências em litígio, algumas das principais questões relativas às áreas em disputa pareciam ter sido resolvidas, como veremos a seguir.

A Inglaterra continuava sendo a grande potência marítima e imperial. Com a ascensão dos conservadores, depois da crise de 1874, teve início uma campanha por uma Inglaterra Maior (*Greater Britain*), o ministro Disraeli coroou a rainha Vitória imperatriz da Índia, e intelectuais como Kipling e Chamberlain pregavam a missão civilizadora do homem branco. Em nome da defesa da Índia, anexa no Sudeste Asiático a Birmânia (hoje Mianmar) e

a Malásia. Na África Oriental, apodera-se do Quênia, de Uganda, com o objetivo propalado de defender as nascentes do rio Nilo e garantir a proteção do Canal de Suez, em nome da liberdade de navegação; ocupa o Egito, o Sudão, o Chipre e a Somália; na África do Sul, anexa o interior da Colônia do Cabo, através de Cecil Rhodes, surgindo as Rodésias (do Norte e do Sul); em 1902, após a guerra contra os bôeres, antigos colonos holandeses, conquista o Transvaal e Orange. Em 1910, outorga o estatuto de Domínio ao Canadá, à Austrália, à nova Zelândia e à África do Sul.

Às vésperas da guerra de 1914-18, o Império Britânico englobava um quarto da população da Terra e dominava a produção mundial de arroz, cacau, chá, lã, borracha, estanho, manganês, ouro, níquel, juta, açúcar, carvão, cobre e, ainda, o petróleo do Oriente Médio. Controlava 15% da produção mundial de trigo, carne, manteiga, algodão, ferro e aço. Além do mais, 85% dos seus 500 milhões de habitantes eram constituídos de *negros, indianos* e *amarelos*.

A França possuía um império colonial menos espetacular do que a Inglaterra. Fizera-se mais rapidamente. Enquanto os ingleses guardaram a Índia de suas conquistas anteriores, pouco restou aos franceses, após 1815: Martinica, Guadelupe, Guiana, a Ilha da Reunião, cinco feitorias na Índia. Na década de 1830, a França conquistou a Argélia, com dificuldade, e anexou Libreville, no Gabão, costa ocidental africana. Com as anexações da partilha imperialista, do fim do século, da política interimperialista que precede a guerra de 1914-18 e, ainda, após os Tratados de Versalhes que selaram a derrota do Império Alemão e a perda das colônias alemãs, podia a República Francesa ostentar, em 1939, às vésperas de outro conflito que viria a ser mundial, um império que fornecia 25% do comércio exportador francês, ocupando 13 milhões de quilômetros quadrados e com 110 milhões de habitantes. As suas principais áreas de dominação eram as seguintes:

— Na África do Norte, a Argélia, 8 milhões de habitantes, dos quais cerca de 1 milhão de franceses residentes e colonos; a Tunísia e o Marrocos, como protetorados;

— O Saara, estendendo-se para o sul até as proximidades do Congo; essa África negra dividia-se, administrativamente, em duas federações: a África Ocidental Francesa e a África Equatorial Francesa (principais colônias: o Senegal, a Costa do Marfim, o Sudão Ocidental); Togo e Camarões, ex-colônias alemãs, mandatos da Sociedade das Nações;

— Nas Antilhas, sem alterações; no oceano Índico, Madagáscar; no

Pacífico, a Indochina (Anam, Laos, Camboja, Cochinchina e Tonquim); na Oceania, Nova Caledônia, além de pequenas ilhas esparsas (Taiti, por exemplo); no Oriente Próximo, os mandatos da Liga das Nações, resultantes da partilha do Império Otomano, a Síria e o Líbano.

A Holanda, em 1939, conservava a herança do velho império mercantilista: as Índias Neerlandesas (Arquipélago de Sonda), Java, famoso por seus vulcões, Celebes e Sumatra, além de Bornéu e Nova Guiné, concentravam toda a energia colonizadora da metrópole holandesa. Com 2 milhões de quilômetros quadrados e 70 milhões de habitantes, tinha uma grande importância para a metrópole colonizadora, uma Holanda de apenas 35 mil quilômetros quadrados e uma população de 8 milhões, que se orgulhava de sua *obra colonial*. Generalizara-se, então, a idéia de que se tratava de um modelo exemplar de empreendimento, prosperidade e organização. Java, por exemplo, era apontada como a primeira usina do globo em alimentos (Hubert Deschamps, 1952), graças ao baixo custo da produção em virtude dos baixos salários, resultante de abundância da mão-de-obra e da ausência de melhores perspectivas de vida para a população local.

A guerra contra a potência colonizadora iria revelar a natureza do falso paraíso colonial neerlandês. Este é um dos exemplos em que a ocupação pelas tropas japonesas demonstrou que o colonizador branco não era intocável e, muito menos, invencível. A guerra contra os ocupantes estendeu-se contra a potência colonizadora, resultando no surgimento de um país, a Indonésia, em dezembro de 1949. No início de 1942, as tropas holandesas capitularam perante a invasão japonesa, provocando a organização de um movimento nacionalista (Poder para os Filhos do Povo) liderado por Sukarno e Hatta. Após a rendição do Japão (agosto de 1945), tem início a guerra de libertação nacional contra as forças neerlandesas. O reconhecimento da soberania do novo Estado Federal da Indonésia se dará cinco anos mais tarde, após longas e penosas negociações (15 de agosto de 1950).

A Bélgica, país pequeno e sem tradições colonialistas, entrou na corrida imperialista como parte da iniciativa pessoal de seu rei Leopoldo II (1835-1909), que aliava sua fama dinástica (Saxe-Coburgo) aos seus interesses pelos negócios. Subiu ao trono em 1865 e, em 1876, criou em Bruxelas a Associação Internacional para a Exploração e a Civilização da África, estimulado pelas viagens e descobertas de David Livingstone, J. H. Speke, H. M. Stanley. Em pouco tempo, a Associação passava para a direção pessoal do rei belga e iniciava seus trabalhos de exploração e comercialização dos produtos

da imensa região do rio Congo. Em 1886, proclamou o Estado Independente do Congo, do qual se tornou, em caráter privado, soberano absoluto. Deixou-o em herança ao país do qual era rei, a Bélgica, passando a intitular-se Congo Belga.

Como os holandeses na Indonésia, os belgas investiram grandes capitais no Congo, na exploração de minérios, nas plantações de borracha e nas obras missionárias. Como na Indonésia, tanto o processo de colonização quanto o de descolonização notabilizaram-se por seus procedimentos cruéis e por sua extrema violência. A independência do Congo (Zaire) foi por demais atribulada, tendo passado por várias fases, dos anos 50, sob a liderança de Patrice Lumumba, à proclamação da independência em 1960 e ao assassinato de Lumumba em 1961, por ordem de Moisés Tshombe, protegido dos belgas e americanos; entre 1963 e 1964, intervenção por tropas da ONU, nova intervenção de Tshombe; em 1965, golpe chefiado por Mobutu, que permaneceu no poder, em meio a reviravoltas, até 1997. A situação internacional (Guerra Fria) provoca e prolonga o estado de anarquia e profunda violência nesse e em outros processos de libertação.

Portugal, com seu império, ou o que dele restou e resistiu até meados de nosso século, fazia figura de primo pobre ao lado de seus colegas ricos. Dos tempos áureos, conservara Diu e Goa, no Índico; uma parte de Timor, no Arquipélago de Sonda; Macau, perto de Cantão, na China, como uma antiga feitoria; Angola e Moçambique, na África, no primeiro plano, e, no segundo, o Arquipélago de Cabo Verde e Guiné. Eram restos de uma História brilhante, em certo sentido, os quais contribuíram para revelar o atraso de uma forma de dominação defasada e retrógrada e denunciar a fragilidade do sistema econômico e social da metrópole. A conseqüência foi a Revolução dos Cravos, de abril de 1974, que derrubou o regime ditatorial fundado por Antonio de Oliveira Salazar, em 1932.

Ao ter início a guerra na Europa, em 1939, o Império Britânico parecia tão sólido e saudável quanto em 1914. No entanto, sua dominação na Índia, por exemplo, sempre sofreu contestações e provocou revoltas locais. No Egito, no Sudão Anglo-Egípcio, na África do Sul, em Gana, onde se manteve ferrenha a oposição da nação Achanti, na Nigéria, de magníficas e invejáveis tradições culturais, as tropas coloniais inglesas sofreram muitos reveses. A fórmula britânica do *self government* (autonomia local) e do *indirect rule* (administração indireta) resultou, em grande parte, de negociações entre poderes locais e autoridades coloniais; deve ser compreendida, também, como uma política de cooptação das burguesias e da intelectualidade locais.

Na medida em que se internacionaliza o conflito, as tropas imperiais entram em cena e a Grã-Bretanha passa a necessitar da cooperação de seus súditos e colonos. A partir de dezembro de 1941, com a entrada dos Estados Unidos na guerra e a intensificação do conflito no Pacífico, torna-se mais clara a estratégia alemã de investir sobre a Índia, através do Oriente Próximo. Daí a guerra no Norte da África em direção a Suez e a importância que adquire o pequeno império colonial italiano (Líbia, Abissínia, Eritréia).

Da mesma forma, a extensão da guerra ao Pacífico passa a envolver territórios sob jurisdição inglesa naquela região. A posição triunfal de uma nova potência na política mundial, os Estados Unidos, ao lado da agitação crescente no interior do mundo imperializado e da reação dos partidos de esquerda na Europa contra a política do imperialismo constituem elementos decisivos que irão incidir sobre as políticas coloniais, de um lado, e, de outro, sobre os caminhos da descolonização. Será fundamental a atuação dos intelectuais em todas as partes do mundo. Suas vozes serão ouvidas e irão se unir em protesto contra a tirania e a desigualdade tornada insuportável.

Coube à Inglaterra a iniciativa da descolonização, ao anunciar através do primeiro-ministro trabalhista Clement Attlee, em fevereiro de 1947, que daria a independência da Índia até junho de 1948, com o reconhecimento de um plano de partilha entre indianos (Índia) e muçulmanos (Paquistão), correspondendo, assim, ao que vinha sendo exigido de longa data pelas elites locais do Partido do Congresso (Gandhi e Nehru) e da Liga Muçulmana (Jinnah Mohamed Ali). Em contrapartida, a Inglaterra se engajava, naqueles anos, na aplicação de uma política social de grande envergadura, sob o comando dos trabalhistas, em defesa do bem-estar social, o que possibilitou a seu povo conhecer uma nova era de prosperidade.

3. OS CAMINHOS PARA A INDEPENDÊNCIA

O processo de independência resultou de um conjunto de fatores e de ações que envolveram o poder colonial e as condições internas específicas das colônias, em uma conjuntura internacional favorável à mudança do *status quo* político dos impérios em causa. Em 1942, o Comitê Francês de Libertação Nacional, em oposição ao governo de Vichy, com o objetivo de obter o suporte dos movimentos antifascistas no plano internacional e, sobretudo, dos

setores mais esclarecidos das colônias, proclamava o seu desejo de alterar as relações coloniais. Em janeiro de 1943, o general de Gaulle, em nome de uma França Livre, anunciava, em discurso pronunciado na Argélia, a outorga da cidadania a milhares de muçulmanos. No ano seguinte, em Brazzaville, em conferência que reunia governadores da África, mas sem a presença de africanos, recomendava-se a integração na comunidade francesa, como se só existisse uma independência possível, a da França.

Em 1945, já se consolidava a idéia de uma União Francesa, compreendendo a França e as diferentes partes da comunidade. A presença de representantes dos povos sob domínio da França (africanos, asiáticos, argelinos, malgaxes) na Assembléia Constituinte francesa, predominantemente de esquerda (maioria de socialistas e comunistas), não deixou de causar mal-estar nos setores conservadores. Na Grã-Bretanha, após a ampla vitória eleitoral da esquerda trabalhista, transparecia uma tendência a liberar, em alguns casos, os elos de dependência direta, política e administrativa, do império. No fundo, apesar da existência de diretrizes gerais por parte das metrópoles, o movimento de independência das colônias tomará rumos diferentes e específicos, em que cada caso terá características próprias.

Fatores diversos incidirão sobre a marcha da descolonização. São fatores relacionados com a nova posição dos Estados Unidos no cenário mundial e suas relações conflitantes com a União Soviética. Ambas aspiram chegar à hegemonia mundial. Ambas dispõem de instrumentos de poder e de dissuasão e podem influir nas áreas onde o processo de independência é mais complexo: interesses econômicos em choque, localização estratégica, posição ideológica distinta das lideranças locais. Aos Estados Unidos interessava, em última instância, deter o avanço do comunismo e a expansão da ideologia de inspiração marxista, inclusive a do nacionalismo, em qualquer parte do mundo. A União Soviética desenvolvia suas ações em todas as frentes, era prestigiada nos meios intelectuais e políticos de esquerda e possuía simpatizantes nos movimentos nacionalistas anticolonialistas.

O mundo do pós-guerra era polarizado: o bloco ocidental, escudando-se no Plano Marshall, de caráter econômico e financeiro, e na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de caráter militar, representava o poder do grande Capital; o bloco oriental, em contrapartida, apoiava-se no Conselho de Assistência Econômica Mútua (Comecon) e, ainda, para questões políticas de coordenação dos partidos comunistas, no Kominform, e o Pacto de Varsóvia, de natureza militar, acenava para a mudança, assim se pensava.

A grande agitação que passou a caracterizar o mundo colonial, com suas conjunturas específicas, iria, sem dúvida, fazer parte dos objetivos e desígnios dos americanos, bem aparelhados e municiados para qualquer intervenção mais incisiva, inclusive militar, sob a bandeira da ONU. Os soviéticos, por seus próprios meios de vigilância e, também, militares (fornecimento de armas aos guerrilheiros, auxílio a governos subsidiados), se fazem presentes. É, nesse sentido, que a rivalidade da Guerra Fria, ao encerrar os conflitos armados entre os grandes Estados, desloca-os para o mundo dos povos colonizados. Ao contrário da História dos Tempos Modernos, o poder da grande potência, detentora da bomba atômica, de destruir o mundo inapelavelmente, faz com que as rivalidades se transfiram para os territórios dos deserdados da Terra e aí sejam esvaziadas ou compensadas.

A cronologia das lutas pela independência leva em consideração essa constelação de fatores. Edward Said chama a atenção para o fato de que, no auge da política imperialista, eram raros aqueles que poderiam achar que as coisas mudariam. Nos anos de 1950, todo o Sudeste da Ásia, de dominação britânica, tinha se tornado independente, da mesma forma a Indonésia se tinha constituído em luta contra os japoneses e os holandeses. A Indochina, outra invenção artificial do colonialismo, sob o comando do líder comunista Ho Chi Minh (1954), se libertava da França, após uma espetacular campanha militar, com o fim em Diem Bien Phu, carreando a admiração internacional para o povo vietnamita. A África de ocupação francesa, inglesa e belga — África Oriental, Ocidental e do Norte — também chega ao fim em meio a celebrações e festas mas, também, guerras terrivelmente cruéis, como foram os casos da Argélia, do Congo Belga, de Uganda, de Angola. Em 1990, haviam surgido 49 novos Estados africanos (Said, 1995, p. 254).

A independência tardia

Em 1955, reuniu-se em Bandung, na Indonésia, uma conferência convocada pelo grupo de Colombo, congregando os cinco países recém-independentes — Índia, Paquistão, Ceilão, Birmânia e Indonésia — e, pela primeira vez, os chefes de Estado de 29 países da Ásia e da África (18 a 24 de abril), que se apresentavam como um terceiro mundo. Pronunciavam-se pela neutralidade e pelo socialismo mas declarando-se contra o Ocidente, ou seja, os Estados Unidos, e contra a União Soviética. Comprometiam-se a ajudar a libertação

dos povos subjugados. Era o *espírito de Bandung*, que perdurou por mais de uma década, até ser diluído ante as dificuldades e desilusões enfrentadas pelos novos países libertados da dominação colonial direta. No entanto, Bandung traduziu um momento de esperança na organização mundial e no futuro da democracia.

A outorga da independência não significava, necessariamente, a conquista da felicidade para todos e, muito menos, o reconhecimento da autodeterminação do novo país no plano econômico, político e cultural. Os velhos interesses coloniais tinham raízes profundas, os elos de dependência eram resistentes e as bases das antigas culturas locais, com suas tradições tribais, haviam sido seriamente atingidas e, em muitos casos, destruídas pela ação do colonialismo. No plano internacional, o capitalismo se reestruturava no sentido de se adaptar às mudanças, em face da vertiginosa inovação de tecnologias altamente sofisticadas na sua capacidade de destruição mas, também, no conhecimento do espaço cósmico, no avanço da cibernética e das ciências da vida. Chega-se a falar no *neocapitalismo* que regeria os laços de dependência *neocolonial*, ou seja, as metrópoles, em associação com a dinâmica do capitalismo hegemônico, continuam a manter os mecanismos de subordinação.

Por outro lado, a crise do regime comunista nos países do bloco soviético, o fim do estado de Guerra Fria, com a nova política no Extremo Oriente e a *desestalinização* da URSS, tudo isso acarreta uma revolução no sistema mundial. A desagregação da União Soviética revela a fragilidade do regime comunista e anuncia a existência de uma China que diz permanecer fiel ao socialismo, parecendo retomar a sua milenar vocação imperial. Assim, as décadas que separam Bandung deste fim de século assistiram às grandes mudanças que afetaram as relações internacionais e reforçaram as bases do capitalismo como sistema econômico mundial.

Na década de 1960, os últimos da Guerra Fria, verificaram-se alterações e mudanças importantes no estatuto político de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e o Arquipélago do Cabo Verde, que vêem sua independência reconhecida, após vinte anos de guerras coloniais (sob a liderança de suas respectivas organizações nacionalistas) e a ocorrência da revolução democrática portuguesa em 1974. Até então, Portugal fazia figura de último baluarte do colonialismo, tal qual fora concebido e praticado — *ultracolonialista*, assim intitulado, na época, por autores radicais (Anderson, 1966), expoente de um *colonialismo dependente e subdesenvolvido*, na medida em que jamais aceitara fazer qualquer concessão ou mesmo sentar à

mesa de reunião com os líderes nacionalistas autênticos. Entre os mais notáveis, distinguiram-se Agostinho Neto, Mario de Andrade e Viriato Cruz do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), Amilcar Cabral, PAIGC (Partido Africano pela Independência da Guiné e de Cabo Verde).

Nesse período, a condenação a Portugal vinha de todas as partes. Na ONU, restavam-lhe raros aliados, a Espanha (então *franquista*) e, obviamente, a África do Sul, tristemente notabilizada pelo cruel regime de dominação, baseado no racismo e na separação absoluta entre brancos (minoria) e negros (grande maioria), o *apartheid*; este somente foi abolido em 1992, em plebiscito, graças à política de Frederik de Klerk, seguido da eleição de Nelson Mandela como presidente da República da África do Sul (1994).

Apesar da reprovação geral, Portugal continuava a receber suprimentos em armas pela OTAN, que eram enviadas aos seus exércitos sediados na África. Em face das pressões externas mas, sobretudo, em vista da revolta interna cada vez mais generalizada entre os africanos, Portugal fez algumas concessões, tais como: supressão formal do trabalho forçado, supressão do *indigenato*, o instituto jurídico que isolava os *nativos* da minoria local de *evoluídos* ou *assimilados*, e que incluía a possibilidade de ampliar o acesso à cidadania e a aplicação de sanções do Código Civil e, não mais, do Código Penal, em matéria de contratos de trabalho. A política africana portuguesa começava, no entanto, a ser pesada demais aos cofres lusitanos, apesar dos reforços em munições e outros recursos materiais e financeiros provenientes de seus aliados, sobretudo da África do Sul.

Entre 1968 e 1972, por exemplo, a maior parte do exército português (142 mil homens) se encontrava na África, na defesa das colônias em guerra, enquanto o movimento armado pela libertação tinha o apoio da opinião pública internacional, contava com a solidariedade africana e com o suporte em material bélico e assistência aos militantes de países da área socialista e governos simpatizantes escandinavos. Em 1973, os portugueses tinham perdido o controle do espaço aéreo (os africanos passaram a dispor de mísseis). Nesse momento, Amilcar Cabral era assassinado em Conakri (Costa do Marfim), uma grande perda, sem dúvida. A guerrilha se estende em Angola com capacidade de suscitar o apoio popular. Em Moçambique, a luta armada se apodera de Cabo Delgado e Niassa. Portugal tenta negociar, oferecendo, em troca, maior autonomia aos territórios. Finalmente, em 25 de abril de 1974, jovens oficiais das Forças Armadas em Portugal derrubam a ditadura, apoiados no povo cujas armas eram os cravos que levavam e a alegria estampada nos ros-

tos. Era a democracia em marcha e a decretação do fim do colonialismo. O exército colonial fora derrotado e voltava-se contra a metrópole, em nome da liberdade.

Economicamente, as colônias eram importantes para Portugal, sobretudo o potencial de Angola — petróleo de Cabinda, minérios e recursos agrícolas. Daí serem muitos os interesses em jogo, durante a dominação portuguesa e as duas décadas seguintes à declaração de independência. A nova era, no entanto, não foi de paz. A intransigência do colonialismo português teve como sucessores os participantes da guerra civil que, mais uma vez, trará o caos ao país, agora transformado em mais um cenário da competição internacional, manipulando rivalidades intertribais. A própria divisão do movimento anticolonialista — os três grupos que lideravam a libertação — torna-se crucial após 1974, que marca o fim da dominação portuguesa: o MPLA, multirracial e marxista (URSS), com o predomínio da nação quibundo; a Frente de Libertação Nacional de Angola, anticomunista, apoiada pelos Estados Unidos e pelo ex-Zaire (Congo), no norte do país; a União Nacional pela Independência Total de Angola, inicialmente *maoísta* e que, mais tarde, recebe o apoio da África do Sul, tornando-se anticomunista e mantendo como base de atuação a região centro-sul.

Alastra-se a guerra civil, a partir de 1975, com as diferentes facções em luta recebendo apoio de potências estrangeiras. Daí por diante, predomina o caos. A maioria maciça de brancos angolanos (350 mil) emigra, uma parte chega ao Brasil. Tropas sul-africanas invadem Angola, dando suporte ao UNITA no ataque a Luanda. Cuba passa a apoiar militarmente o MPLA. Com a retirada de Portugal, Agostinho Neto, líder do MPLA, é proclamado presidente da República Popular de Angola, cujo regime foi reconhecido como sendo socialista. Com sua morte, em 1979, a presidência passou a seu sucessor, José Eduardo dos Santos, sem vislumbre de paz para a região nem a satisfação dos interesses em jogo.

Em Moçambique, nas suas linhas gerais, a evolução não foi muito diferente no que concerne à descolonização. Oitenta por cento da sua população são pequenos produtores de subsistência e o país vive praticamente de auxílios externos. A guerra civil que se estendeu entre 1974 e 1990 tem como saldo negativo a morte de 1 milhão de pessoas e a saída de 1,7 milhão de habitantes que passaram à condição de refugiados. A própria declaração de independência, em 1975, foi acompanhada da saída de 500 mil colonos, uma sangria ponderável em mão-de-obra qualificada. Seu vizinho poderoso, a

África do Sul, tem todas as condições para exercer importante influência política e econômica no país, o que tem sido comprovado nos últimos anos com o fim do chamado socialismo africano, na década de 1980, após a morte de Samora Machel, chefe da Frente de Libertação Nacional, primeiro presidente de Moçambique e que se proclamava comunista. Foi vítima, em 1986, de um acidente de aviação.

O caso de Guiné-Bissau difere daqueles já mencionados. Não dispunha dos mesmos atrativos econômicos e estratégicos de Angola e Moçambique e não tinha o peso político que os dois podiam ostentar. A crise do comunismo internacional também teve suas conseqüências locais, superadas, porém, já no início da década de 1990. Sua política interna é orientada no sentido de uma aproximação mais estreita com a zona franca União Econômica e Monetária do Oeste Africano. Também o Arquipélago de Cabo Verde teve sua independência proclamada em 1975. Nos últimos anos, vem passando por um programa de reformas no sentido de adaptar as novas instituições liberais à tradição política e administrativa herdada dos anos de governo socialista. Quanto a São Tomé e Príncipe, este tem a peculiaridade de ser o menor país africano, com uma pequena população de cerca de 40 mil habitantes e, no entanto, sem capacidade de produzir alimentos suficientes para seu próprio povo. Sua libertação foi conquistada, como o restante, também em 1975. No momento, vive com dificuldades e na expectativa de desenvolver o turismo local.

Esperanças e frustrações

Ora por meios pacíficos, ora por intermédio de longas e cruéis lutas internas, por vezes até mesmo com o caráter de guerras civis, como foi o caso no Congo Belga e em Angola, por exemplo, os velhos impérios coloniais chegaram ao fim. Na Ásia, na África, nas Antilhas e nas Guianas, nas ilhas do Pacífico, onde quer que se tivesse estabelecido o poder do império, criado e multiplicado a partir da Europa, foi profunda e devastadora a dominação para as culturas locais e seus sistemas sociais. Por onde o homem branco passou, ficaram suas marcas como um rastro indelével, e de tal forma que quando foi embora quase nada restava a ser conservado nem desenvolvido pelos que foram vítimas da sua dominação. Restaram, na maioria, povos amedrontados, arriscados a perder até a própria memória impressa, quase imperceptivelmente, no que lhe restava como identidade.

Muitos foram os impérios modernos, do século XVI até os Estados Unidos de nossos dias. Nossa atenção, no entanto, recaiu sobre aqueles que desapareceram como potências imperiais na segunda metade deste nosso século e, assim mesmo, em alguns aspectos apenas. Essa derrocada se constitui como o fato mais importante do mundo contemporâneo, a História de nossos dias marcada pela violência e pelo genocídio. Conforme diz um historiador do imperialismo: se este (o imperialismo) "avançou implacavelmente nos séculos XIX e XX, o mesmo se deu com a resistência a ele" (Said, 1995, p. 25). Seria um erro pensar que os dirigentes, como Attlee, De Gaulle ou Mário Soares, por mais esclarecidos que tenham sido, *concederam* a independência à Índia, ou a Gana, à Argélia, ao Senegal ou à Costa do Marfim, a Angola ou a Moçambique.

Da mesma forma, seria no mínimo ingênuo atribuir o fim da segregação racial na África do Sul a De Klerk ou mesmo a Mandela, embora tendo sido importantes, justos e iluminados na sua conduta como chefes de Estado. A descolonização foi uma conquista dos povos dominados, resultado de uma resistência longa e nem sempre de aparência espetacular, por vezes silenciosa. Foi o que aconteceu na Ásia, no Norte da África, no Sul da África, em qualquer parte por onde a Europa e, mais tarde, os Estados Unidos passaram, exibindo a sua superioridade de civilizados e as suas convincentes armas de fogo. Se, por um lado, o imperialismo ampliou seu raio de influência, por outro, cresceu a capacidade do ser humano de resistir à dominação.

Na Índia, no Egito, na Argélia, em Gana, e assim por diante, a instalação do dominador se fez com violência e igualmente violenta foi a resistência local. O ato final de independência foi sempre precedido de prolongados distúrbios, quando não de longas e cruentas guerras de libertação (na Indochina-Vietnã, a guerra contra a França durou de 1946 a 1954; na Argélia, além da grande resistência armada ao estabelecimento da França, no século XIX, a guerra final de libertação durou seis anos, de 1954 a 1962). Que buscavam os conquistadores de impérios? Lucro, poder, glória. Que poderiam eles levar às populações conquistadas ou abordadas? O primeiro contato foi sempre destruidor, já desde os primeiros ibéricos que aportaram na América, no século XV/XVI, até o último *marine* americano desembarcado em alguma ilha do Pacífico.

Que caminhos o Ocidente poderia mostrar aos povos conquistados? Necessariamente aquele por ele mesmo trilhado: o liberalismo político e econômico, o código civil, o capitalismo e suas leis de mercado, a ganância e o

lucro a qualquer sacrifício (Linhares, 1981). Tal caminho não poderia ser trilhado pelas sociedades asiáticas e africanas pré-coloniais, como bem advertia Jean Chesneaux, ao lembrar que o estudo da burguesia asiática não se inscreve diretamente na história da burguesia dos países industrializados (Chesneaux, 1976). Assim, cada povo constrói a sua própria história, e cada povo tem uma história que é a sua, diferentemente do que pregavam os colonizadores, tanto no púlpito quanto na banca do professor: o cérebro do nativo, o negro do Zaire, por exemplo, era uma tábula rasa sobre o qual cabia ao colonizador imprimir o que lhe conviesse! Seria a ideologia do colonialismo.

Conquistada a independência, alguns desses novos Estados entraram no reino das guerras civis fratricidas e sem retorno. Resta-lhes agora encontrar o seu próprio caminho e construí-lo, grão por grão, pedra por pedra.

Em conclusão, poder-se-ia dizer que a história do mundo ainda não foi escrita, e só poderá sê-lo no dia em que os *deserdados da terra* participarem do banquete dos herdeiros da terra, como convivas e como donos da casa. Nesse dia, eles não estarão repetindo como um eco as palavras de ordem que partem dos antigos patrões, nem se interessarão mais em decorar a primeira frase do livro de história da classe inicial: *nos ancêtres, les gaulois* — nossos antepassados, os gauleses!

E, para que assim seja, o mundo será repensado em seus valores materiais, seus dogmas econômicos, seus sistemas de organização, suas aspirações hegemônicas e autoritárias, sobretudo suas pretensões imperiais. Claro que nos referimos a uma utopia e a ela devemos ser fiéis. A crise de identidade e a crise do sistema político vigente em alguns dos países africanos e asiáticos (violência, corrupção, nepotismo) fazem parte do que foi aqui apontado como heranças do colonialismo recente e não extinto de todo.

BIBLIOGRAFIA

Anderson, Perry. 1966. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

Cardoso, Ciro Flamarion S. 1973. "La Descolonización." In Jornal: *Universidad* (San José de Costa Rica), pp. 12-14.

Chesneaux, Jean. 1976. *A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX*, Série Nova Clio. São Paulo, Livraria Pioneira Editora.

Deschamps. 1952. *Eveil politic African*. Paris, Press Universitaires, 1952.

Dunn, John. 1972. 1989. *Modern revolutions* (uma introdução à análise de um fenômeno político). Cambridge. Cambridge University Press.

Fanon, Frantz. 1961. *Os condenados da terra*. Prefácio de Jean-Paul Sartre, primeira edição francesa, *Les damnés de la terre*. 1963. Paris, Maspéro; edição em espanhol, México, Fondo de Cultura Económica.

Grimal, Henri. 1965. *La Décolonisation*, 1919-1963. Coleção U. Paris, Armand Colin.

GT, Biblioteca Salvat de Grandes Temas. 1979. *Colonialismo e Neocolonialismo*. Rio de Janeiro, Salvat Editora do Brasil.

Ki-Zerbo, Joseph. 1978. *História da África Negra*, ed. portuguesa, Viseu, dois volumes; edição francesa: 1978, Paris.

Linhares, Maria Yedda L. 1967. "O capitalismo: seus novos métodos de ação". *Revista Civilização Brasileira*, n. 15, Editora Civilização Brasileira.

_____. 1981. *A luta contra a metrópole (Ásia e África)*. Coleção. Tudo É História. São Paulo, Editora Brasiliense, 6a. edição.

Memmi, A. 1977. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*, tradução do francês, 2a. Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Panikkar, K. M. 1965. *A dominação ocidental na Ásia, do século XV aos nossos dias*. Rio de Janeiro, Editora Saga, 2 volumes.

Said, Edward W. 1995. *Cultura e imperialismo*, trad. Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras.

UNESCO. Projeto em 8 volumes. 1982. *Comitê Científico para a redação da História Geral da África*. São Paulo, Ática/UNESCO, ed. brasileira, volume I.

Shaw, Bernard. S/d. *O homem do destino*. São Paulo, Melhoramentos.

Wesseling, H. L. 1988. *Dividir para dominar*; A Partilha da África, *1880-1914*, trad. de Celina Brandt. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Editora Revan.